



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Relatório e Parecer

Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XI, relativo ao Plano Anual Regional para 2019, e de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XI, relativo ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2019

07 de novembro de 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	3951 Proc. n.º 102/30/XI
Data:	01.8.11.23 N.º 102/16/XI



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 30XI, RELATIVO AO PLANO ANUAL REGIONAL PARA 2019, E DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 31/XI, RELATIVO AO ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2019

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 07 de novembro de 2018, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda da reunião constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional com competência em matérias afetas à Comissão, referentes às Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XI, relativo ao Plano Anual Regional para o ano 2019, e Decreto Legislativo Regional n.º 31/XI, relativo ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2019.

As supramencionadas Propostas foram enviadas à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho no dia 31 de outubro, com data limite de emissão de parecer sectorial e envio à Comissão de Economia até dia 14 de novembro de 2018.

Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas *h)* e *i)* do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea *p)* do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas *b)* e *c)* do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela citada Lei n.º 2/2009.

Na Região Autónoma dos Açores o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público, e respetiva



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional da Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio. Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, a matéria em apreço é da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III
APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

Compete à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, a apreciação e emissão parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento para o ano económico de 2018, nas seguintes matérias:

- Trabalho e Formação Profissional;
- Comunicação Social;
- Ordenamento do Território;
- Ambiente.

Assim, no que se refere ao Plano, a análise da Comissão abrange o Projeto 1.3 “Emprego e Qualificação Profissional” do Programa 1 - Empresas, Emprego e Eficiência Administrativa -, os Projetos 11.1 “Qualidade Ambiental”, 11.2 “Conservação da Natureza”, 11.3 “Recursos Hídricos” e 11.4 “Ordenamento do território” do Programa 11 - Ambiente e Energia -, o Programa 13 - Assuntos do Mar - e o Projeto 15.1 “Apoio aos Media” do Programa 15 - Informação e Comunicação.

A apreciação das propostas foi acompanhada da audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria.

a) Audição do Vice-Presidente do Governo Regional, Sérgio Ávila.

O **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (VPGRA)** iniciou a sua intervenção referindo que é difícil circunscrever a área do Trabalho relativamente à do Emprego (que não é matéria da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho), sendo que o Trabalho não tem uma expressão prática em termos orçamentais, mas sim ao nível da estratégia global do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Plano. Referiu que considerando a dificuldade de separação das matérias ficava ao dispor da Comissão para esclarecimentos.

O Presidente da Comissão, **Deputado Francisco Coelho (PS)**, interveio para solicitar ao Vice-Presidente que fizesse um balanço sobre o que tem sido a intervenção da Inspeção Regional do Trabalho (IRT), nomeadamente se está previsto o aumento da atividade inspetiva para o ano 2019.

O **Vice-Presidente do GRA** respondeu referindo que no ano 2018 houve um aumento da intervenção da IRT, fruto também do aumento dos Recursos Humanos daqueles serviços, os quais que serão ainda mais reforçados em 2019, por isso, a previsão é que a atividade inspetiva daquele serviço aumente.

O Deputado **António Lima (BE)** questionou o Vice-Presidente sobre se o aumento de recursos humanos da IRT durante o ano 2018 correspondeu a um aumento de ações inspetivas e consequentemente à redução de incumprimentos por parte das empresas.

O Deputado **João Paulo Corvelo (PCP)** questionou o Vice-Presidente sobre a forma como está prevista a utilização da verba destinada, no Plano 2019, à IRT.

O **Vice-Presidente do GRA** tomou da palavra informou que a dotação de verba orçamentada, para o funcionamento da IRT para o ano 2019, é superior à orçamentada no ano 2018 e que os Recursos Humanos serão novamente reforçados, mas que, no entanto, cabe à própria IRT definir a forma como será utilizada a verba.

Não havendo mais perguntas o Presidente da Comissão deu por encerrada a audição.

b) Audição do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, Gui Menezes.

O **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (SRMCT)** iniciou a sua apresentação referindo que a proposta de Plano para o ano 2019 prevê uma redução de investimento que corresponde à conclusão de grandes obras efetuadas no âmbito de Planos anteriores, de que são exemplo a Escola do Mar, na ilha do Faial, e a Proteção e estabilização da zona costeira da Barra, na ilha Graciosa.

Referiu que no que respeita à gestão e requalificação da orla costeira o Plano 2019 prevê a promoção da sua consolidação. Quanto a parcerias, como a do Projeto LIFE-IP Azores Natura, bem como parcerias internacionais integradas, prevê a sua continuação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

No que respeita à Escola do Mar informou que o material para funcionamento da mesma será adquirido durante o ano 2019 e que se prevê que aquela escola esteja a funcionar no ano letivo 2019/2020.

O **Deputado Luís Garcia (PSD)** interveio para questionar o SRMCT sobre o que está previsto para a proteção costeira e requalificação do Porto de São Lourenço, em Santa Maria; para a proteção e estabilização do Porto de Santa Iria, em São Miguel; o que será feito, e com que verbas, quanto à proteção costeira do caminho municipal adjacente ao campo de jogos de de Santa Catarina, ilha de São Jorge, bem como que outras intervenções costeiras serão executadas e se se irão realizar em todas as ilhas. Por fim, perguntou sobre quem são os elementos que farão parte da Associação que irá gerir a Escola do Mar.

O **SRMCT** respondeu referindo que quanto à proteção costeira e requalificação do Porto de São Lourenço foi um processo que sofreu várias vicissitudes, mas que no momento está em condições de as obras avançarem. Em relação à proteção costeira do caminho municipal adjacente ao campo de jogos de Santa Catarina disse ser uma zona de risco, mas que as obras irão ter início brevemente, conforme previsto no Plano 2019 no Programa/Projeto 13.1.19, e que a intenção é aproveitar o material (entulho) retirado da Escola das Velas para aquela obra. Quanto ao Porto de Santa Iria as obras têm início previsto para 2019 e compreendem a proteção da falésia e do património, como os muros de pedra. Em relação aos restantes projetos relacionados com as restantes orlas costeiras informou que tem a ver com zonas que estão em riscos em várias ilhas, de que é exemplo a zona do Pocinho, na ilha do Pico.

Quanto à Escola do Mar informou que houve um período de preparação dos Estatutos e que a Associação está a ser preparada entre a Escola Náutica Infante D. Henrique e a Universidade dos Açores, e que, em princípio, será ainda implementada durante o corrente mês de novembro. Informou ainda que em relação aos cursos a serem ministrados já há um levantamento feito, sendo: curso de náutica e turismo costeiro, curso marítimo-turístico e outros mais tradicionais relacionados com o exercício de pesca que podem ser ministrados em várias ilhas, mas que há sempre uma vertente que só poderá ser ministrada na Escola. Por fim, disse haver ainda outros cursos mais específicos também relacionados com a atividade da pesca que vão ser ministrados naquela escola.

O **Deputado Alonso Miguel (CDS)** questionou o SRMCT sobre se a Escola do Mar terá algum tipo de lecionação em concorrência com os Clubes Navais Regionais, nomeadamente o curso de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Patrão do Mar. Questionou ainda o Secretário Regional sobre o que falta fazer na obra da Baía do Fanal, ilha Terceira.

O **SRMCT** respondeu dizendo que quanto à concorrência da Escola do Mar com os Clubes Navais não existe porque o objetivo da Escola do Mar é ser parceira e não concorrente. Quanto às obras da Baía do Fanal estão a decorrer com normalidade através do contrato ARAAL, com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

O **Deputado António Lima (BE)** perguntou ao SRMCT sobre se está prevista alguma intervenção na Orla Costeira da freguesia de Calhetas do Concelho da Ribeira Grande; se estão previstas parcerias para os programas de Monitorização de Medidas da DQEM e ação ambiental marinha dos Parques Naturais (13.2.4). Questionou ainda sobre o que pretende o GRA com o Programa/Projeto 13.2.10 (MarSP_Macaronesian Maritime Spatial Planning) previsto no Plano para 2019.

O **SRMCT** iniciou a sua resposta dizendo que quanto à orla costeira das Calhetas da Ribeira Grande o trabalho está a ser feito no âmbito do que está previsto no projeto global de combate à erosão costeira. Que, no caso daquela zona tem havido um acompanhamento periódico por parte do LREC e que as habitações desocupadas no âmbito dos realojamentos serão demolidas no ano 2019, mas que a demolição tem de ser feita com muito cuidado devido à fragilidade dos solos. Quanto à verba prevista no Programa/Projeto/Objetivo 13.2.4 trata-se de verba destinada a pagamento de Prestações de Serviço para monitorização de zonas balneares, pagamentos de programas ao abrigo do ESTAGIAR, bem como passagens e outras despesas para os “protagonistas” que colaboram nos diversos programas, e ainda serviços de consultadoria, entre outros.

Quanto ao Projeto 13.2.10, 13.2.11, 13.2.12 a Direção Regional dos Assuntos do Mar tem previsto projetos da Diretiva – Quadro Estratégia Marinha (DQEM) em parceria com a Universidade dos Açores. Referiu ainda que há um novo programa – Projeto LIFE-IP Azores Natura – que irá permitir a aquisição de duas embarcações e das respetivas tripulações para a prestação de serviços especializados de recolha de dados e informações de monitorização da zona costeira, projeto que durará cerca de 9 anos.

Quanto ao Projeto MISTIC SEAS III tem como principal objetivo dar continuidade aos projetos no âmbito da implementação da DQEM. Por fim, explicou que a RAA tem aproveitado bem os Fundos Europeus nesta matéria através deste projeto.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

O **Deputado João Paulo Corvelo** questionou sobre o facto de não haver definido no Plano qualquer verba para as zonas da orla costeira da ilha das Flores.

A **Deputada Catarina Chamacame Furtado** perguntou ao SRMCT se foi feito algum estudo sobre a arriba da zona da orla costeira das Calhetas da Ribeira Grande, ilha de São Miguel, bem como está a ser feita a articulação do trabalho daquela arriba com a Câmara Municipal da Ribeira Grande.

O **SRMCT** tomou da palavra para dizer que quanto à zona da orla costeira da ilha das Flores não está prevista nenhuma intervenção. Que a prioridade tem sido para as zonas de maior risco para as pessoas e bens, e que embora a orla costeira das Flores esteja referenciada não apresenta perigo iminente. Quanto à zona da orla costeira das Calhetas disse que quem faz a coordenação dos trabalhos é o Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC). Informou também que quem tem a responsabilidade das zonas costeiras urbanas são as respetivas autarquias, mas que no caso das Calhetas o trabalho tem sido feito entre a Direção Regional da Habitação e a Direção Regional do Ambiente, que elabora as Cartas de Risco. Em relação ao projeto de demolição das habitações informou que o mesmo já foi adjudicado e que estão à espera de uma avaliação técnica para definir a intervenção. Informou ainda que existem alguns constrangimentos, nomeadamente com o facto de haver várias casas em nome de vários herdeiros o que tem dificultado a execução do processo.

Quanto à articulação com a autarquia da Ribeira Grande disse que os respetivos relatórios são sempre disponibilizados àquela autarquia e que por parte do Governo Regional é de todo o interesse que haja articulação. Que no momento já está a ser visto com a Câmara as alterações de trânsito que serão necessárias fazer durante as obras.

Não havendo mais perguntas o Presidente da Comissão deu por encerrada a audição.

c) Audição da Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, Marta Guerreiro.

A **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (SREAT)** iniciou a sua intervenção a dizer que apesar de a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho apenas representar os investimentos na área ambiental, não poderia deixar de começar por fazer uma menção à proposta de Plano para 2019 nos três setores que compõem a Secretaria Regional que representa e que alia a Energia, ao Ambiente e ao Turismo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Disse que de facto, a proposta de Plano e Orçamento para 2019 evidencia, uma vez mais, o duplo propósito do Governo dos Açores de, por um lado, salvaguardar o património, e, por outro, preparar a Região para os múltiplos desafios da atualidade, numa estratégia que se tem vindo a consolidar - espelhada nas intenções do Plano, que prevê um investimento de cerca de 55M€, com um crescimento de 5,5% face ao corrente ano.

Quanto ao que ao Ambiente diz respeito, o Plano de investimentos para 2019, com uma dotação de 23,3M€, confirma e reforça a aposta do Governo dos Açores nesta área.

Continuou dizendo que a opção por um modelo de desenvolvimento assente nesta base, permitiu dotar os Açores dos instrumentos estruturantes necessários para encarar os novos desafios, particularmente ao nível da conservação do património natural, da qualidade ambiental e, também da consolidação de um destino turístico sustentável.

Prosseguiu dizendo que neste sentido, a qualidade ambiental continua a ser uma aposta estratégica, com particular incidência nos resíduos, através do cumprimento das metas delineadas no Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores, mas também na aposta continuada na prevenção quantitativa e qualitativa dos resíduos produzidos e na diminuição dos impactos ambientais dos produtos ao longo do seu ciclo de vida. Destacou a conclusão do processo de alargamento da rede de monitorização da qualidade do ar dos Açores, com a disponibilização *online* e em tempo real dos dados das respetivas estações.

Continuou, referindo que as alterações climáticas são um dos maiores desafios com que a Humanidade se depara, com efeitos especialmente gravosos em territórios pequenos e insulares, que os Açores identificaram esta temática como um dos principais desafios para o seu desenvolvimento, e que esta preocupação está vertida na elaboração do Programa para as Alterações Climáticas - informando que se prevê que esteja em discussão, em breve, na ALRAA, por forma a dar-se corpo às suas medidas e ações o mais proximamente, não obstante muitas delas se encontrarem já em implementação.

Prosseguiu dizendo que de entre os principais recursos do arquipélago, que garantam a qualidade de vida e alavanquem o desenvolvimento económico, estão a natureza, a biodiversidade e a geodiversidade, cuja combinação harmoniosa resulta em ambientes e paisagens verdadeiramente ímpares, que importa salvaguardar e potenciar.

Assim, disse que em 2019, estas áreas apresentam um reforço significativo das correspondentes dotações orçamentais, com vista à implementação de dois projetos LIFE direcionados para a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

conservação da natureza, que garantem a prossecução e incrementação de ações de recuperação de espécies e habitats, incluindo o hercúleo combate a espécies exóticas invasoras, por via da funcionalidade de corredores ecológicos, bem como à conclusão dos planos de gestão dos Parques Naturais de Ilha e das Reservas da Biosfera, sem esquecer ainda o Plano Integrado das Fajãs de São Jorge.

Referiu também que o sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, continuará a ser uma aposta no sentido de se prosseguir na senda da manutenção e melhoria das nossas paisagens mais emblemáticas.

Informou que uma vez que todo o património natural, que distingue positivamente os Açores no contexto nacional e internacional, merece ser valorizado e evidenciado, quer para as nossas comunidades, quer para quem nos visita, o objetivo é alargar e beneficiar a Rede Regional de Centros Ambientais e continuar a promover a sua ação.

Referiu ainda que outra das áreas que tem merecido especial e cuidada atenção são os recursos hídricos, quer os cursos de água, quer as lagoas, enquanto massas de água com ecossistemas particularmente sensíveis, reservas hídricas e marcantes elementos paisagísticos.

E que é nestes termos, que será promovida a alteração do Plano Regional da Água e o prosseguimento da monitorização dos recursos hídricos, incluindo as massas de água subterrâneas, bem como o combate aos processos de eutrofização. Por outro lado, irão continuar a monitorizar regularmente e executar a manutenção da rede hidrográfica, com vista à segurança de pessoas e bens.

Informou que será dado continuidade aos processos de alteração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira; desenvolvido um sistema de monitorização de zonas de risco, implementado um processo de elaboração do Cadastro Predial, rústico e urbano, abrangendo todas as ilhas e ajustado o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial em vigor, através do desenvolvimento de um sistema de gestão territorial que integre os regimes dos instrumentos de gestão territorial e das servidões e restrições administrativas, designadamente reserva ecológica, reserva agrícola e regime florestal, que será acompanhado pela dinamização do Sistema Regional da Informação Geográfica.

Informou que todas as ações, de desenvolvimento das políticas ambientais, irão merecer um reforço de meios de inspeção e vigilância e de participação de ocorrências e infrações



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

ambientais, sendo para tal importante envolver todos os cidadãos, através da promoção de uma verdadeira cidadania ambiental ativa, e simplificar os procedimentos administrativos, por via do licenciamento único ambiental.

Por fim, referiu que os investimentos previstos na proposta de Plano para 2019 evidenciam, uma vez mais, uma atuação focada em projetos que já estão em curso – e têm de ser mantidos – bem como numa atuação que reflete o acompanhamento dos desafios atuais relacionados com o património ambiental dos Açores.

De seguida interveio a **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD)** que apresentou várias questões, nomeadamente sobre o Projeto 11.2.2 - Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha e Reservas da Biosferas e o facto de serem consecutivamente prometidos e não serem concretizados. Quanto à ao Projeto 11.2.19 - Cartas de Desporto na Natureza – a que se deve os atrasos na sua implementação. Relativamente ao Programa/Projeto 11.2.25 - Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão - Terceira, porquê a construção de mais um Centro de Interpretação Ambiental quando em 2018 estava previsto a conclusão da Rede de Centros Ambientais. Quanto ao Programa/Projeto 11.2.4 - Gestão e Recuperação de Espécies e Habitats Prioritários questionou se a abordagem mudou em relação a 2018.

A **SREAT** tomou da palavra para responder à Deputada Catarina e disse que quanto aos Parques Naturais de Ilha é do conhecimento público que os trabalhos estão a decorrer e que estarão prontos no primeiro trimestre de 2019. Quanto às cartas do Desporto de Natureza informou que a carta referente à ilha de São Miguel está concluída e que a da ilha Terceira está em fase de conclusão e que depois de concluída dar-se-á início às restantes. Quanto à Rede de Centros Ambientais disse ser um orgulho para os Açores uma vez que os dados de visitação são assinaláveis e que o que o GRA pretende é um trabalho de conclusão de projetos mas de continuidade da Rede. Quanto às espécies invasoras está prevista a dotação de uma verba de 500 mil euros, no entanto, e como é sabido, a sua total erradicação é uma tarefa muito difícil.

O **Deputado António Lima** interveio questionando a SREAT sobre o que está previsto fazer com a verba destinada ao Projeto 11.2.3 - Reserva da Biosfera dos Açores. Sendo que no seu entender é parca a verba determinada para uma matéria tao importante como aquela. Por fim, solicitou à SREAT que fizesse o ponto da situação sobre as perspetivas quanto ao tratamento de resíduos em São Miguel, nomeadamente quanto ao cumprimento das metas de 50% de resíduos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

reciclados, definidas pela União Europeia, e se a SREAT considerava que aquela meta estava em risco.

A **SREAT** respondeu dizendo que quanto à verba do Programa/Projeto 11.2.3 a mesma destinase à promoção de sistemas de serviços ecológicos no âmbito das reservas da biosfera. Quanto ao objetivo 11.2.4 há uma diferença relativamente ao ano 2017 que tem a ver com a conclusão do Banco de Sementes, na ilha do Faial.

Quanto à gestão dos resíduos sólidos em São Miguel referiu que como é do conhecimento público é uma componente autárquica, que o processo se encontra a aguardar decisão judicial e que, por isso, efetivamente as metas poderão estar em risco.

O **Deputado Luís Rendeiro** interveio para questionar a SREAT sobre o passivo ambiental da Base das Lajes, na ilha Terceira, nomeadamente quanto aos relatórios existentes: o do LREC e o do canal de televisão TVI, nomeadamente o que vai fazer a RAA no sentido da salvaguarda ambiental, bem como no que respeita à segurança das pessoas e bens.

A **SREAT** respondeu dizendo a RAA disponibiliza relatórios periódicos do LREC, sendo o último do passado mês de junho. Disse ainda que toda a informação sobre o assunto tem sido sempre partilhada pelo GRA. Quanto à contaminação o Instituto Superior Técnico, em estudos que fez, concluiu que naquele espaço o grau de radioatividade de origem artificial existente é o mesmo que existe no resto do mundo por deposição de partículas por eventos nucleares. No que respeita à informação dada pela TVI disse desconhecer qualquer relatório daquele canal de televisão mas sim só a informação que foi dada em episódios.

O **Deputado Alonso Miguel (PSD)** questionou a Secretária Regional sobre a redução, relativamente ao ano anterior, de 1M€ na verba orçamentada para o Programa/Projeto 11.3 – Recursos Hídricos, sendo este um projeto prioritário. Quanto ao combate às térmitas perguntou para que serve a verba de 40.000€ orçamentada, bem como os 30.000€ previstos para as Fajãs de São Jorge.

A **SREAT** tomou da palavra respondendo que a redução de verba no Projeto 11.3 não se deve a desinvestimento mas sim ao facto de se terem terminado obras que deixam de ter continuidade no Plano para 2019. Quanto ao combate às térmitas a verba que está contemplada no Plano é somente para execução do projeto. No que respeita às Fajãs de São Jorge a verba designada é para acabamento das obras.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

O **Deputado Luís Rendeiro** tomou novamente da palavra para questionar a SREAT sobre a utilização dos solos contaminados na ilha Terceira.

A SREAT respondeu dizendo que a Região tem trabalhado nestas situações no âmbito da preparação da reunião bilateral, prevista para dezembro próximo. No que respeita ao Plano 2019 há uma mensagem muito clara que é: havendo contaminação os custos relativos a ela nunca podem ser imputados à RAA.

Não havendo mais perguntas o Presidente da Comissão deu por encerrada a audição.

d) Audição do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares, Berto Messias.

O **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (SRAPAP)** iniciou a sua intervenção referindo que o Plano Anual para o Ano 2019 prevê no Programa 15 – Informação e Comunicação – apoio à Comunicação Social privada, a verba de 500.000€, enquadrada no Decreto Legislativo Regional que criou o PROMEDIA 20202. Informou que neste momento as candidaturas ao PROMEDIA estão a decorrer e que durante o mês de dezembro será verificado se será necessário haver reajustamentos na sua aplicação.

O **Deputado Paulo Parece (PSD)** interveio para questionar o SRAPAP sobre o que quer dizer com reajustamentos. Se é da possibilidade de aumento do total da verba orçamentada.

O SRAPAP tomou da palavra para dizer que o reajustamento de que falou prende-se com as medidas do PROMEDIA e não com o montante global previsto no Plano.

O **Deputado Alonso Miguel (CDS)** perguntou ao Secretário Regional se podia informar se no ano transato tinha havido alguma candidatura rejeitada por falta de verba disponível.

O SRAPAP respondeu que não tinha havido nenhuma candidatura rejeitada por aquele motivo e informou que as candidaturas apresentadas foram mais ou menos dentro do valor que estava disponível. Informou ainda que até ao momento o valor global executado é de 497.000€. Por fim, informou que em final de janeiro próximo, conforme habitual, vai ser enviado o relatório, sobre a execução do PROMEDIA em 2018, para a ALRAA.

O **Deputado António Lima** perguntou sobre o efeito prático da alteração do PROMEDIA III para o PROMEDIA 2020.

O SRAPAP respondeu que nos Açores tem aumentado o número de candidaturas por ter aumentado o número de Órgãos de Comunicação Social.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

O **Deputado João Paulo Corvelo** perguntou se a verba orçamentada era suficiente uma vez que os Órgãos de Comunicação Social nos Açores vivem com grande dificuldade.

O **SRAPAP** respondeu dizendo que o *feedback* que tem chegado ao GRA tem sido, após alguns percalços na implementação do PROMEDIA 2020 e do ano atípico que foi o da sua implementação, positivo. Disse ainda que independentemente deste facto o PROMEDIA está em permanente avaliação.

Não havendo mais perguntas o Presidente da Comissão deu por encerrada a audição.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O *Grupo Parlamentar do PS* deu o seu parecer favorável atendendo à análise dos documentos apresentados, assim como das audições dos membros do Governo Regional se depreender permitirem os mesmos a prossecução dos objetivos traçados no Programa do Governo e nos compromissos eleitorais assumidos pelo Partido Socialista.

Os *Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e do BE* abstiveram-se com reserva da sua posição para Plenário.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou:

1. Com o voto favorável do Partido Socialista quanto à iniciativa e as abstenções com reserva de posição para Plenário do PSD, do CDS-PP e do BE, emitir parecer favorável à aprovação da Proposta de Plano Anual Regional para 2019, nas áreas de competência da Comissão.
2. Com o voto favorável do Partido Socialista quanto à iniciativa e as abstenções com reserva de posição para Plenário do PSD, do CDS-PP e do BE, emitir parecer à aprovação da Proposta de Orçamento para o ano de 2019, nas áreas de competência da Comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

O presente relatório setorial vai ser remetido à Comissão de Economia.

Ponta Delgada, 07 de novembro de 2019

A Relatora

Maria da Graça Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

Francisco Coelho